

Las prácticas profesionales de la edición de vídeo en la producción de los contenidos informativos diarios de la televisión pública portuguesa ante la convergencia digital

Carlos Canelas
Unidad de Investigación para el Desarrollo del Interior
Instituto Politécnico de Guarda
Portugal

CURRÍCULUM VITAE

Carlos Canelas (Francia, 1976) es docente de Comunicación Audiovisual en la Escuela de Educación, Comunicación y Deporte de lo Instituto Politécnico de Guarda, en Portugal. En relación a su formación académico, es licenciado en Comunicación y Relaciones Públicas por lo Instituto Politécnico de Guarda, posgrado en Comunicación Educacional Multimedia por la Universidad Abierta, Lisboa e máster en Comunicación y Periodismo por la Universidad de Coímbra. En la actualidad, es doctorando en Información y Comunicación en Plataformas Digitales en las Universidades de Aveiro y Oporto. En los últimos años, ha presentado comunicaciones en congresos nacionales e internacionales y publicado artículos acerca de la edición de vídeo en lo periodismo audiovisual.

RESUMEN

En la era de la convergencia digital, los medios de información periodística están experimentando cambios profundos en sus procesos de producción e de difusión de contenidos informativos.

En este contexto, la presente comunicación científica tiene como objetivo principal exponer algunas de las actuales prácticas profesionales de la edición de vídeo en la producción de los contenidos informativos diarios emitidos por la televisión pública portuguesa.

ABSTRACT

In this digital convergence era, news media are redefining their own production and broadcasting news processes. In this context, this scientific paper has the main goal to present some of the nowadays practices of video editing in the production of daily journalism information that is broadcasted in the public portuguese television.

RESUMO

Na era da convergência digital, os *media* noticiosos estão a redefinir os seus processos de produção e de difusão de conteúdos informativos.

Neste contexto, a presente comunicação científica possui como objectivo principal apresentar algumas das actuais práticas profissionais da edição de vídeo na produção dos conteúdos jornalísticos diários emitidos pela televisão pública portuguesa, ou seja, a RTP (Rádio e Televisão de Portugal).

PALABRAS CLAVE

Convergencia digital, edición de vídeo, periodismo audiovisual, televisión pública portuguesa

KEY WORDS

Digital convergence, Portuguese public television, video editing, television journalism

PALAVRAS CHAVE

Convergência digital, edição de vídeo, jornalismo televisivo, televisão pública portuguesa

1. Introdução.

No início da segunda década do século XXI, os *media* noticiosos ainda estão a passar por um processo de transformações, designado por *Convergência Jornalística*, que abrange as questões tecnológicas, empresariais, profissionais, dos conteúdos e da própria relação com as suas audiências (Jenkins, 2006; Salaverría, 2009). Esse processo iniciou-se, com mais intensidade, ainda no século passado, nos finais dos anos 1990, fomentado pelo advento das tecnologias digitais (Pavlik, 2001; Jenkins, 2006; Salaverría, 2009). Essas redefinições são provavelmente as maiores desde do surgimento da imprensa, na medida em que todas as fases e as etapas dos processos de produção e de emissão de conteúdos jornalísticos sofreram e ainda estão a sofrer profundas alterações (Pavlik, 2001; Domingo et al., 2007; Micó et al., 2009; Salaverría, 2009). Nesta perspectiva, Ramón Salaverría (2009) entende que o advento das tecnologias digitais está a ter um profundo efeito disruptivo nos sistemas e nos processos tradicionais dos *media* jornalísticos. Idêntica ideia é partilhada por Simon Cottle e Mark Ashton (1999), quando os autores referem que as tecnologias digitais estão a ter grandes implicações nos processos de produção dos *media* informativos, contribuindo decisivamente para a redefinição desses processos.

Por efeito, uma das etapas dos processos de produção de conteúdos noticiosos televisivos que está a ser bastante afectada é a edição de vídeo. Porém, embora as práticas profissionais da edição de vídeo tenham um importante impacto nos conteúdos noticiosos veiculados pela televisão (Wolf, 1994; Crocomo e Lage, 2001; Souto, 2002; Silcock, 2007; Cabral, 2008; Canelas, 2008), dado que é através da edição de vídeo que são construídas as mensagens informativas, estas são uma vertente do jornalismo televisivo praticamente desconhecida e pouca valorizada (Silcock, 2007; Canelas, 2008). Esta realidade pode ser constatada através do número muito reduzido de investigações e, consequentemente, de publicações sobre esta temática, quer a nível nacional quer a nível internacional (Silcock, 2007; Canelas 2008). Tanto mais que as investigações acerca da informação jornalística televisiva têm se debruçado mais sobre os conteúdos da informação noticiosa do que na forma destes mesmos conteúdos (Silcock, 2007). Ainda que «nos actuais “telejornais” a recolha de imagens determina a informação, e a forma sobrepõe-se ao conteúdo» (Brandão, 2010).

2. Objecto de Estudo.

Em 2007, foram comemorados os 50 anos de existência da Televisão Pública Portuguesa, ou seja, da RTP.

Dois anos antes do arranque das emissões regulares da RTP, a 27 de Janeiro de 1955, o Governo da altura encarregou a Emissora Nacional de preparar o primeiro projecto com vista à instalação de uma rede nacional de televisão em Portugal. Pouco tempo depois, a 12 de Agosto do mesmo ano, a Comissão responsável pela elaboração do referido projecto expôs o seu relatório e, a partir desse documento, surgiu o projecto decreto-lei da concessão para a implementação e exploração do serviço público de radiodifusão, na sua modalidade de televisão (Cádima, 1996). Neste seguimento, constituiu-se, no dia 15 de Dezembro de 1955, por iniciativa do Governo, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede e domicílio na

cidade de Lisboa, com a denominação de RTP – Radiotevisão Portuguesa, SARL (Cádiz, 1996; Pissarreira, 2000; Teles, 2007).

Em relação à proveniência do capital para o financiamento da RTP, 60 mil contos (aproximadamente 300 000 €), um terço foi disponibilizado pelo Estado e os restantes dois terços foram subscritos pelos emissores particulares de radiodifusão e por subscrição pública (Cádiz, 1996). Assim, tal como escreve Francisco Rui Cádiz (1996: 29), «a distribuição do capital (...) estava realizada da seguinte maneira: Estado – 20 mil contos [aproximadamente 100 000 €]; Estações emissoras particulares – 20 mil contos [aproximadamente 100 000 €]; Bancos – 19 975 contos [aproximadamente 99 875 €] e particulares 25 contos [aproximadamente 125 €]».

A 16 de Janeiro de 1956, a concessão do serviço público de Televisão foi concedida à RTP por um período inicial de 20 anos e, ainda neste mesmo ano, mais concretamente a 4 de Setembro, iniciaram-se as emissões experimentais nas antigas instalações da Feira Popular de Lisboa, em Pavilhão (Cádiz, 1996; Teles, 2007). No entanto, só no ano seguinte, a 7 de Março de 1957, é que tiveram início as emissões regulares a partir dos Estúdios do Lumiar (Cádiz, 1996; Tv Guia, 1997).

Após ter entrado em serviço, a 23 de Novembro de 1957, os Centros Emissores de Lisboa (Monsanto) e Lousã, a 30 de Dezembro do mesmo ano, entrou em funcionamento o Centro Emissor do Porto, localizado no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia.

A primeira transmissão em directo difundida e realizada pela RTP data de 9 de Fevereiro de 1958, tendo sido emitido o encontro de futebol entre o Sporting Clube de Portugal e F. C. Áustria, a partir do Estádio de Alvalade. Ainda em 1958, concluiu-se o ciclo de cobertura da primeira fase de instalação da rede nacional de televisão em Portugal Continental, permitindo, desta forma, uma cobertura de 44% do território continental, atingindo potencialmente 60% da população (Cádiz, 1996).

No ano seguinte, a 20 de Outubro, iniciaram-se as emissões regulares a partir dos estúdios do Centro de Produção do Porto (RTP-Porto) e a RTP tornou-se membro da União Europeia de Radiodifusão (Eurovisão).

Já na década de 1960, a 8 de Maio de 1963, a RTP realizou a primeira transmissão em directo para a rede da Eurovisão, emitindo um jogo de futebol de uma competição europeia, correspondendo às meias-finais da Taça dos Clubes Campeões Europeus, entre o Sport Lisboa e Benfica e o Feyenoord de Roterdão da Holanda.

A 1 de Dezembro de 1965, entrou em funcionamento o Centro Emissor do Mendro, no Alentejo, possibilitando a ligação permanente à rede Eurovisão.

Três anos mais tarde, a 25 de Dezembro de 1968, com a entrada em funcionamento do Emissor de UHF, implementado em Monsanto, deram-se início às emissões do segundo canal.

No último ano da década de 1960, no mês de Junho, a RTP aderiu ao serviço diário de troca de notícias da Eurovisão e, a 19 de Março de 1971, ao Serviço Ibero-Americano de Notícias (SIN).

Por outro lado, as emissões regulares do Centro Regional da Madeira e dos Açores tiveram o seu início a 6 de Agosto de 1972 e a 10 de Agosto de 1975, respectivamente.

Após o 25 de Abril de 1974, o estatuto da empresa concessionária de radiotelevisão foi alterado. Por conseguinte, em 1975, a RTP foi nacionalizada, convertendo-se na empresa pública Radiotelevisão Portuguesa, EP.

Em 1976, a RTP inaugurou as novas instalações localizadas na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa.

As emissões experimentais a cores tiveram o seu início a 25 de Abril de 1976 e, praticamente quatro anos mais tarde, a 7 de Março de 1980, é que as transmissões a cores começaram a ser regulares para o território continental. Todavia, as emissões regulares a cores no Centro Regional dos Açores só se iniciaram a 10 de Agosto de 1982 e no Centro Regional da Madeira no dia 24 de Setembro do mesmo ano (Tv Guia, 1997).

A data de 7 de Dezembro de 1985 marcou a instalação, em Faro, da primeira delegação regional em território continental. No ano seguinte, a 18 de Julho, foi inaugurada a primeira delegação internacional da RTP em Bruxelas, na Bélgica.

No ano de 1988, foram implementadas mais delegações regionais em Portugal Continental, a saber: em Vila Real (7 de Julho); Évora (14 de Julho); Viseu (21 de Julho); e Coimbra (29 de Julho). Ainda a propósito das delegações regionais da RTP no território continental, mais tarde foram instaladas mais delegações, nomeadamente em Bragança (25 de Setembro de 1991) e Castelo Branco (6 de Julho de 1999) (Tv Guia, 1997; Teves, 2007).

Com a inclusão de Portugal na CEE e, também, com a internacionalização do seu espaço televisivo e o surgimento esporádico de televisões piratas a nível regional e local, acendeu-se ao debate sobre a abertura da televisão aos operadores privados. Com a revisão constitucional de 1989 e a aprovação da Lei da Televisão, chegou o fim do monopólio estatal e o regime de televisão passou a ser misto, com o Estado a remeter para a iniciativa privada, através de concurso público e de licenciamento, a exploração dos canais comerciais. O primeiro canal privado a emitir foi, a 6 de Outubro de 1992, a SIC (Sociedade Independente de Comunicação). A 20 de Fevereiro de 1993, surgiu a TVI (Televisão Independente) (Pissarreira, 2000).

A partir de 1991, com a retirada da taxa de televisão, a RTP passou a ser financiada pelo Orçamento de Estado e a depender, também, das receitas publicitárias.

As emissões do canal RTP Internacional arrancaram a 10 de Junho de 1992, dia de Portugal, via satélite, tendo como objectivo principal ser um importante factor de identidade cultural e um elo de ligação entre os portugueses espalhados pelos cinco continentes.

Ainda neste ano, a 14 de Agosto de 1992, a RTP passou a ser uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a designação jurídica Radiotelevisão Portuguesa, S.A..

No dia 7 de Março de 1997, foi inaugurado o canal RTP África, embora as emissões regulares tivessem tido o seu início a 7 de Janeiro de 1998, tendo como público-alvo os habitantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

A 11 de Maio de 2000, a RTP, a RDP (Radiodifusão Portuguesa) e a Agência LUSA passaram a fazer parte de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, designada por Portugal Global, SGPS, S.A.. Porém, em 22 de Agosto de 2003, a Portugal Global foi extinta e, consequentemente, a RTP e a RDP foram convertidas numa nova sociedade gestora de participações sociais, denominada por Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A..

No dia 31 de Março de 2004, a RTP inaugurou as suas novas instalações, na Avenida Marechal Gomes da Costa, em Lisboa, reunindo nestas mesmas instalações as principais actividades da RTP SGPS, como sejam as que dizem respeito à própria RTP, na qualidade de operador público, e à RDP, na qualidade de operador público de rádio.

Ainda em 2004, a RTP lançou mais dois novos canais, a serem emitidos através de televisão por cabo, designadamente o canal temático de caris noticioso intitulado RTP N e a RTP Memória.

Em 2006, a RTP apresentou um canal específico para telemóvel, a RTP Mobile.

Elegeu-se como objecto de estudo as práticas da edição de vídeo efectuadas nas diversas redacções noticiosas da RTP porque, para além de ser o operador televisivo com mais anos de emissão em Portugal, é, actualmente, a estação televisiva generalista portuguesa que reserva, na sua programação diária, mais períodos para a disseminação de conteúdos jornalísticos.

3. Metodologia.

Os resultados, que serão seguidamente apresentados, são o fruto da realização de uma dissertação de mestrado, com o título: «A Edição de Vídeo no Jornalismo Televisivo: os profissionais da edição de vídeo da informação jornalística diária da RTP», desenvolvida entre Janeiro de 2006 e Janeiro de 2008, cujo trabalho final foi apresentado, em Abril de 2008, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal.

Relativamente à população da investigação empírica, esta foi composta por todos os indivíduos que, diariamente, desempenham a função/tarefa de edição de vídeo de conteúdos noticiosos produzidos nas diversas redacções jornalísticas localizadas em Portugal Continental. Desta forma, a Televisão Pública Portuguesa dispõe de várias redacções informativas, designadamente na sede em Lisboa (RTP-Lisboa), no Porto (Centro de Produção do Porto, RTP-Porto) e nas delegações regionais da RTP (RTP-Viana do Castelo; RTP-Bragança; RTP-Vila Real; RTP-Coimbra; RTP-Viseu; RTP-Guarda; RTP-Castelo Branco; RTP-Évora e RTP-Faro). Geralmente, nas redacções da RTP-Lisboa e RTP-Porto, a equipa que prepara uma peça

informativa e/ou uma reportagem noticiosa é constituída por três profissionais, isto é, um jornalista, um repórter de imagem e um editor de vídeo. Enquanto nas delegações regionais da RTP, a equipa é formada por dois indivíduos, um jornalista e um repórter de imagem. Por regra, o repórter de imagem, para além de captar o material audiovisual em bruto, efectua a edição de vídeo. Como tal, a população foi constituída pelos editores de vídeo da RTP-Lisboa e RTP-Porto, pelos repórteres de imagem das delegações regionais da RTP e pelo jornalista da RTP-Vila Real.

Nesta investigação só foi incluído um jornalista, porque, no período temporal no qual se desenvolveu a presente investigação, muito embora alguns jornalistas das redacções da RTP-Lisboa e RTP-Porto começassem a editar em vídeo os seus conteúdos informativos, mas como era uma prática muito recente e não diária, não foram considerados como profissionais da edição de vídeo. Tanto mais que o jornalista da RTP-Vila Real era o único jornalista da RTP que assinava os seus conteúdos informativos como o profissional que editou em vídeo.

Quanto aos métodos de recolha de dados, recorreu-se ao inquérito por questionário, à entrevista e à observação directa. Deste modo, foi aplicado, pelo próprio investigador, entre os dias 27 de Junho de 2007 e 16 de Agosto do mesmo ano, um questionário a toda a população. De forma a completar os dados colectados pela aplicação do questionário, entrevistou-se os chefes dos editores de vídeo da RTP-Lisboa e RTP-Porto e, aquando da aplicação dos questionários e da realização das entrevistas, houve também a oportunidade de recolher mais alguns dados através da observação directa.

4. Resultados.

Com a concretização desta investigação empírica, apurou-se que as práticas profissionais da edição de vídeo dos conteúdos noticiosos da RTP são desempenhadas diariamente, em Portugal Continental, pelos editores de vídeo da RTP-Lisboa e RTP-Porto, pelos repórteres de imagem das delegações regionais da RTP e pelo jornalista da RTP-Vila Real, totalizando 56 profissionais, dos quais 35 são editores de vídeo, 20 são repórteres de imagem e um é jornalista. Contudo, convém sublinhar que alguns jornalistas da RTP, particularmente os que estão sediados nas redacções da RTP-Lisboa e RTP-Porto, executam, cada vez como maior frequência, esta função/ tarefa.

Em relação à distribuição dos profissionais da edição de vídeo pelas diversas redacções informativas da RTP, verificou-se que, no caso dos editores de vídeo, 21 trabalhavam na RTP-Lisboa e 14 laboravam na RTP-Porto. Por sua vez, os repórteres de imagem das delegações da RTP que efectuam diariamente a edição de vídeo estão distribuídos do seguinte modo: um repórter de imagem na RTP-Viana do Castelo; três repórteres de imagem na RTP-Bragança; quatro repórteres de imagem na RTP-Coimbra; um repórter de imagem na RTP-Viseu; um repórter de imagem na RTP-Guarda; três repórteres de imagem na RTP-Castelo Branco; três repórteres de imagem na RTP-Évora e quatro repórteres de imagem na RTP-Faro. Tal como já mencionado, o jornalista, que foi englobado neste estudo, encontrava-se a exercer a sua actividade profissional na redacção da RTP-Vila Real.

No que concerne ao género dos mesmos, averiguou-se que 89,3% são do género masculino, correspondendo em valores absolutos a 50 indivíduos. Em contrapartida, o género feminino apresentou 10,7%, representando seis indivíduos, ou seja, cinco editoras de vídeo, estando quatro na redacção da RTP-Lisboa e uma na redacção da RTP-Porto, e uma repórter de imagem que se encontrava na delegação da RTP-Faro.

A propósito da proveniência do material audiovisual em bruto para ser usado na edição de vídeo, tal como acontece na grande parte das estações televisivas, as imagens e o respectivo áudio são captados pelos repórteres de imagem. Estes profissionais para concretizarem esta função, a captação do material audiovisual em bruto, fazem uso de câmaras de vídeo, tripés e de outros equipamentos, como sejam os microfones. Ora, os repórteres de imagem da RTP-Lisboa e uma parte dos repórteres de imagem da RTP-Porto utilizam câmaras de vídeo que usam como suporte de gravação de vídeo uma cassette nomeada BETACAM SX. Os restantes repórteres de imagem da RTP-Porto e todos os repórteres de imagem que estão nas delegações regionais da RTP dispõem de câmaras de vídeo que registam o material audiovisual em bruto em cassetes denominadas DVCAM.

Ainda a respeito do material audiovisual em bruto usado na edição de vídeo de conteúdos noticiosos, importa ainda esclarecer que há conteúdos jornalísticos que são elaborados com recurso a outro tipo de material audiovisual em bruto, a saber: o disponibilizado pelas agências noticiosas, sobretudo pelas internacionais; as imagens cedidas por outras estações de televisão, tanto nacionais como internacionais; as imagens resultantes de uma realização televisiva, como por exemplo o registo de um jogo de futebol ou de uma entrevista; o arquivo; o grafismo e a infografia. Em casos excepcionais também é utilizado material audiovisual amador. Por último, uma fonte que começou ainda há muito pouco a ser utilizada é a *internet*, vídeo e outro tipo de material audiovisual disponibilizado através deste meio. No entanto, estes recursos audiovisuais costumam ser mais usados nas redacções noticiosas da RTP-Lisboa e RTP-Porto.

Relativamente aos sistemas de edição de vídeo, estes podem ser *lineares* ou *não-lineares*. Por exemplo, um sistema de edição de vídeo que seja composto por equipamentos audiovisuais, tais como: um ou mais leitores de vídeo (para reproduzirem o material audiovisual em bruto) e um gravador de vídeo (para registar os planos por uma ordem pré-estabelecida), tendo como suporte de leitura e gravação a fita de vídeo, é considerado linear. Por outro lado, quando um sistema de edição de vídeo é baseado na utilização de um computador, cujo material audiovisual em bruto é armazenado em discos magnéticos e/ou ópticos e trabalho de edição é realizado recorrendo a um programa informático de edição de vídeo, este é *não-linear*. Assim, no contexto da produção informativa da RTP, observou-se que nas redacções da RTP-Lisboa e RTP-Porto estão implementados sistemas de edição não-linear de vídeo e nas redacções das delegações regionais da RTP ainda estão em funcionamento os sistemas de edição linear de vídeo.

Após a captação do material audiovisual em bruto e já nas redacções da RTP-Lisboa e RTP-Porto, este material é copiado para os servidores de vídeo da RTP-Lisboa e RTP-Porto, respectivamente. Devido à utilização de cassetes como suporte de registo de vídeo, o processo de cópia é efectuado em tempo real, ou seja, se numa cassette estiverem gravados 30 minutos de material audiovisual em bruto, o processo de cópia terá uma duração de 30 minutos. Porém, no

final deste processo, resulta um ou mais ficheiros digitais de vídeo e, por consequência, os indivíduos que executam a função/tarefa de edição podem aceder a estes ficheiros, a partir dos seus próprios computadores. Nesta lógica, a edição de vídeo através dos sistemas não-lineares apresenta vantagens importantes, entre as quais: como o material audiovisual em bruto tem de estar convertido num ficheiro digital de vídeo, o acesso aos planos pode ser feito de forma aleatória, facilitando a sua localização; vários indivíduos podem ter acesso simultaneamente ao(s) mesmo(s) ficheiro(s) de vídeo, ou seja, mais do que um profissional pode estar a trabalhar com o mesmo material audiovisual em bruto; como os servidores de vídeo da RTP estão ligados em rede, os profissionais da edição de vídeo da RTP-Lisboa podem aceder aos servidores de vídeo da RTP-Porto e vice-versa; o próprio jornalista, mesmo não editando em vídeo, pode visionar, a partir do seu computador, o material audiovisual que está depositado nos servidores de vídeo, e, desta maneira, pode escrever o texto, que servirá de voz-off ao conteúdo noticioso, em função das imagens disponíveis; estes sistemas permitem ao profissional da edição de vídeo efectuar mais experimentações de edição sem, contudo, necessitar despende muito mais tempo e, sem esquecer, que proporcionam ferramentas de edição que os sistemas de edição linear de vídeo não possuem, especificamente maior flexibilidade na manipulação da imagem e áudio, mais efeitos de transição de planos, maior quantidade de efeitos de vídeo, entre outros aspectos; a interligação dos servidores de vídeo de edição aos de emissão evita a maçadora operação de cópia para cassetes e respectivo transporte manual até à régie de produção, onde está a ser realizado o programa informativo, e posteriormente passagem à régie de continuidade de emissão (Henriques, 2002).

Pelo lado das redacções das delegações regionais da RTP, os profissionais editam em vídeo usando sistemas de edição linear de vídeo. Assim sendo, as salas de edição possuem o seguinte equipamento audiovisual: um leitor/reprodutor de vídeo DVCAM, um gravador de vídeo DVCAM, cassetes DVCAM [a(s) cassette(s) que contem o material audiovisual em bruto e a cassette onde se vai montar o conteúdo jornalístico], um leitor/gravador BETACAM SX, caso seja necessário reproduzir ou gravar neste formato de vídeo digital, dado que o material audiovisual proveniente do arquivo da RTP vem gravado neste tipo de cassette e, a par disso, este suporte de gravação de vídeo pelos repórteres de imagem da RTP-Lisboa e uma parte dos repórteres de imagem da RTP-Porto. Para além do equipamento audiovisual mencionado, fazem ainda parte: dois monitores de vídeo (um para visionar o material audiovisual em bruto e o outro para ver o resultado da edição) um controlador de vídeo (equipamento que permite controlar o leitor e o gravador de vídeo durante as operações de edição de vídeo), um microfone (para registar a voz-off), um conjunto de colunas de áudio (para se ouvir o som do material audiovisual em bruto e do editado), um leitor de CD de áudio (caso seja necessário inserir uma música de fundo e/ou um efeito de som) e uma mesa de mistura de áudio (equipamento sonoro que permite controlar as diversas fontes sonoras). Com este tipo de sistema, as operações técnicas de edição de vídeo passam pela transcrição, segundo uma ordem pré-estabelecida, de partes do material audiovisual em bruto, ou seja, de planos, contido numa cassette para outra cassette. Tal como destaca Herbert Zellt (2006), a edição linear de vídeo é basicamente uma selecção de planos que são copiados para uma nova cassette de vídeo, sendo o seu princípio operativo a cópia.

No que diz respeito ao número de salas dedicadas à edição de vídeo de conteúdos noticiosos diários, determinou-se que, na RTP-Lisboa, estão disponíveis sete salas e, para além disso, os

computadores utilizados pelos jornalistas têm instalado um *software* de edição de vídeo, facultando as ferramentas básicas de edição. Por seu turno, na RTP-Porto verificou-se a existência de quatro salas e, tal como acontece na RTP-Lisboa, os computadores dos jornalistas possuem instalado um programa informático de edição de vídeo. No caso das delegações regionais da RTP, aferiu-se que na RTP-Bragança, RTP-Coimbra, RTP-Castelo Branco, RTP-Évora e RTP-Faro existem três salas ou espaços para a edição de vídeo dos conteúdos informativos e uma sala no caso da RTP-Viana do Castelo, RTP-Vila Real, RTP-Viseu e RTP-Guarda.

No que toca ao horário de funcionamento dos serviços da edição de vídeo da informação diária da RTP, apurou-se que na redacção da RTP-Lisboa funcionavam 24 horas por dia, estando assegurados por turnos, e na redacção da RTP-Porto estavam em serviço durante 18 horas, ou seja, entre as 7h00 e a 1h00 do dia seguinte. Por sua vez, nas redacções das delegações regionais da RTP, não existia um horário fixo, já que os repórteres de imagem regem-se por um tipo de horário denominado por isenção de horário, tendo de cumprir um determinado número de horas por cada dia de trabalho, mais especificamente 7 horas e 30 minutos, independentemente da hora de entrada ao serviço.

No que se refere ao número de conteúdos jornalísticos editados por cada dia de trabalho, os editores de vídeo da RTP-Lisboa e RTP-Porto preparam entre quatro a seis conteúdos noticiosos. Por sua parte, os repórteres de imagem das delegações regionais da RTP editam em média entre uma e duas peças jornalísticas. Obviamente que estes números são variáveis. De qualquer maneira, pode-se concluir que os editores de vídeo da RTP-Lisboa e RTP-Porto concebem mais conteúdos informativos do que os repórteres de imagem das delegações regionais da RTP. Todavia, o editor de vídeo só edita, enquanto o repórter de imagem, para além de editar, ainda capta o material audiovisual em bruto utilizado na edição.

Outra questão focada nesta investigação tem a ver com o tempo despendido na edição de cada conteúdo noticioso. Segundo os dados colectados, esta duração é muito variável, estando dependente de diversos factores, entre os quais: o tempo disponível para editar (o tempo que falta para o conteúdo informativo ir para o ar; o volume de trabalho; a disponibilidade do editor de vídeo; se o profissional que vai efectuar a edição de vídeo já conhece o material audiovisual em bruto a contribuição do jornalista; ...); o tipo de conteúdo; a importância do assunto a ser abordado; entre outros factores. Deste modo, o tempo que o profissional da edição de vídeo gasta a editar um conteúdo informativo, poderá ir de cinco minutos a duas horas, ou nalguns casos ainda mais tempo. Em regra, pode-se dizer que a duração de edição de uma peça noticiosa está compreendida entre os 30 e os 60 minutos. Ainda que os editores de vídeo sejam especialistas na área da edição de vídeo e tenham à sua disposição sistemas de edição não-linear de vídeo, estes necessitam de mais tempo para editar um conteúdo noticioso, porque não conhecem o material audiovisual em bruto, nem a história que se pretende contar, entre outras contingências. Mas, devido ao volume de trabalho e, conseqüentemente, à falta de tempo, por vezes os editores de vídeo têm de ser muito rápidos. Pode-se então concluir que, frequentemente, os conteúdos jornalísticos são editados em função do tempo disponível. No caso dos repórteres de imagem das delegações regionais da RTP, embora tenham conhecimento do material audiovisual em bruto, mas, como na maior parte das vezes só têm um conteúdo

noticioso para editar por dia, podem disponibilizar mais tempo na edição. Contudo, caso seja necessário, conseguem editar um conteúdo jornalístico mais rapidamente.

Quanto às vantagens de ser o mesmo profissional a captar o material audiovisual em bruto e a editá-lo, a resposta que reuniu um maior consenso foi a que se referia à possibilidade de efectuar o registo audiovisual a pensar na respectiva edição, tornando, assim, este processo mais rápido, uma vez que já possuem um conhecimento prévio das imagens, bem como da sua localização na fita de vídeo, facilitando, desta forma, a própria edição. Outras vantagens assinaladas foram: favorece um maior envolvimento no tema; interligação/encadeamento das imagens; valorização do trabalho efectuado pela equipa de reportagem; permitir a vivência de emoções no local; maior compreensão do conteúdo e aumentar a eficiência e criatividade na produção da peça noticiosa.

No tocante às vantagens do profissional só editar, a maioria dos inqueridos destacou, como principais vantagens, o proporcionar uma imparcialidade/distanciamento face aos factos ocorridos e o editor de vídeo ser o primeiro espectador, no sentido em que a sua perspectiva aproxima-se mais à do telespectador, visto que todas as imagens lhe são cedidas via "perspectiva da câmara" e não "perspectiva do olho/cérebro humano". Por seu lado, os repórteres de imagem das delegações regionais da RTP reconheceram a especialização mais técnica e uma maior objectividade no respeitante à edição de conteúdos jornalísticos. Também foram mencionadas como vantagens: o permitir a selecção de imagens consoante o seu valor jornalístico; menos desgaste físico e uma melhor estruturação e síntese das ideias.

Outra questão que mereceu atenção desta investigação foi saber qual é, habitualmente, o elemento audiovisual que orienta a edição de vídeo: a imagem ou o som. Após a observação directa de várias edições de vídeo de conteúdos jornalísticos na RTP, concluiu-se que, na maior parte dos casos, é o som, ou melhor, é o texto que orienta a edição do conteúdo noticioso. Por norma, quando o jornalista se dirige para a sala de edição de vídeo já leva o texto elaborado. Isto não significa que o texto não possa sofrer alterações. Depois de algum diálogo sobre esta temática com alguns dos profissionais da informação da RTP, pode-se referir que este uso se deve essencialmente a questões práticas, já que, desta maneira, o processo de edição é mais fácil de realizar e, consequentemente, mais rápido. Portanto, apesar de não existir uma estrutura rígida na produção de um conteúdo noticioso, o indivíduo que executa a edição de vídeo começa por editar o áudio e só posteriormente é que são dispostas as imagens, ou seja, as imagens são seleccionadas e ordenadas em função do texto. Não obstante, o jornalista deve evitar escrever o texto sem que antes tenha visionado as imagens. Tal como recomenda o livro de estilo da RTP (Direcção de Informação da Radiotelevisão Portuguesa, 2001), as imagens não devem servir para ilustrar um texto, nem o texto deve servir apenas para encher uma imagem de palavras.

Ao nível dos constrangimentos patentes nas práticas profissionais da edição de vídeo dos conteúdos jornalísticos da RTP, 87,5% dos inquiridos apontaram a *falta de tempo* como o principal constrangimento. Tanto mais que, constatou-se, através da observação directa, que quando se iniciam os principais programas informativos da RTP, o *Jornal da Tarde* às 13h00 e o *Telejornal* às 20h00, ambos emitidos diariamente na RTP 1, alguns dos conteúdos noticiosos que vão ser veiculados nestes serviços noticiosos ainda não estão prontos, isto significa que, durante os referidos espaços noticiosos, ainda se está a editar em vídeo conteúdos jornalísticos

para serem emitidos, e isto é uma prática corrente e não uma excepção. O segundo constrangimento mais assinalado, possuindo uma relação directa com o primeiro constrangimento, é o *volume de trabalho*, com uma taxa percentual de 75%.

Do ponto de vista dos temas e assuntos editados, verificou-se que todos os profissionais da edição de vídeo da RTP editam qualquer tema e assunto, sejam sociais, políticos, económicos, culturais, desportivos, entre outros.

5. Conclusão.

Com a apresentação desta comunicação científica, esperamos ter contribuído para um melhor conhecimento das práticas profissionais da edição de vídeo de conteúdos jornalísticos da Televisão Pública Portuguesa.

6. Referencias Bibliográficas.

Brandão, N. G. (2010), *As Notícias nos Telejornais: que serviço público para o século XXI?*, Lisboa: Guerra & Paz.

Cabral, Á. M. (2008), «*A Edição Não Linear Digital e a Construção da Notícia no Telejornalismo Contemporâneo*», Brasil: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, *download* em Novembro de 2009, disponível em: <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1148-1.pdf>.

Cádima, F. R. (1996), *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa: Editorial Presença.

Canelas, C. (2008), *A Edição de Vídeo no Jornalismo Televisivo: os profissionais da edição de vídeo da informação jornalística diária da RTP*, Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Cottle, S. e Ashton, M. (1999), «*From BBC Newsroom to BBC Newscentre: on changing technology and journalist practices*», *Convergence*, vol. 5, n.º 3, pp. 22-43, *download* em Novembro de 2009, disponível em: <http://con.sagepub.com/cgi/content/abstract/5/3/22>.

Crocom, F. A. e Lage, N. (2001), «*O Uso da Edição Não-linear Digital no Telejornalismo Diário de uma Emissora de TV e as Novas Rotinas de Produção*», Brasil: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, *download* em Novembro de 2009, disponível em: <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2CROCOMO.pdf>.

Direcção de Informação da Radiotelevisão Portuguesa (2001), *RTP: livro de estilo*, Lisboa: RTP.

Domingo, D. et al. (2007), «*Four Dimensions of Journalistic Convergence: A preliminary approach to current media trends at Spain*», 8th International Symposium on Online Journalism, Austin, Texas, disponível em: <http://online.journalism.utexas.edu/2007/papers/Domingo.pdf>.

Henriques, C. A. (2002), «*A escola digital, ou o ensino na ponta dos dedos*», in José A. Bragança de Miranda e Joel Frederico da Silveira (org.), *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século*, Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Lisboa: Vega, pp. 174-179.

Jenkins, H. (2006), *Convergence Culture: where old and new media collide*, Nova Iorque: New York University.

Micó, J., Masip, P. e Barbosa, S. (2009), «*Models of Business Convergence in the Information Industry*», Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, *download* em Janeiro de 2010, disponível em: www.unb.br/ojsdpp/include/getdoc.php?id=684...220...pdf.

Pavlik, J. (2001), *Journalism and New Media*, Nova Iorque: Columbia University Press.

Pissarreira, A. (2000), *Os Media em Portugal*, Lisboa: Instituto da Comunicação Social.

Salaverria, R. (2009), «*Los medios de comunicación ante la convergencia digital*», Navarra: Depósito Académico Digital Universidad de Navarra, *download* em Janeiro de 2010, disponível em: http://dspace.unav.es/dspace/bitstream/10171/5099/1/Ramon_Salaverria.pdf.

Silcock, B. W. (2007), *Every edit tells a story Sound and the Visual Frame: a comparative analysis of videotape editor routines in global newsrooms*, *Visual Communication Quarterly*, vol. 14, n.º 1, pp. 3-15, disponível em: http://pdfserve.informaworld.com/832873_778384746_787972385.pdf.

Teves, V. H. (2007), *RTP 50 Anos de História*, Lisboa: RTP, disponível em: <http://213.58.135.110/50anos/50Anos/Livro/>.

Tv Guia (1997), *RTP: Televisão para o Séc. XXI, 1957-1997*, Lisboa: Tv Guia.

Wolf, M. (1994), *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença, 3.^a edição.

Zettl, H. (2006), *Television Production Handbook*, EUA: Thomson Wadsworth, 6.^a edição.